

Muqui vai solicitar tombamento federal

Sítio histórico do município da Região Sul poderá ser reconhecido pelo Iphan

ROSÂNGELA VENTURI

Cachoeiro - Sucursal - Viabilizar o tombamento do sítio histórico de Muqui, em nível federal e, dessa forma, agregar mais valor ao patrimônio histórico e cultural da região.

O arquiteto Genildo Hautequestt Filho, assessor da prefeitura, diz que o município se prepara para pleitear o reconhecimento junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

No começo do mês representantes da administração municipal participaram, pela primeira vez, de um encontro nacional de cidades históricas, realizado em Goiás.

"Tivemos a oportunidade de trocar informações com outros municípios e perceber que o tombamento federal é viável", frisa. Genildo se refere às construções representativas da arquitetura do final do século XIX e das



Rosângela Venturi

Arquitetura

O casario antigo do município data do século XIX e do início do século XX

primeiras décadas do século XX, à riqueza das manifestações folclóricas, com destaque para as Folias de Reis e Bois Pintadinhos, e às tradições culturais da cidade.

País

No Brasil, há 68 cidades tombadas em nível federal, das quais nove são reconhecidas como patrimônio da humanidade.

Muqui iniciou o tombamento em nível municipal há quatro anos. A primeira

etapa do processo foi concluída em agosto de 2000. A principal vantagem do tombamento pelo Iphan, observa Genildo, é agregar mais valor ao patrimônio local.

"E é a cidade onde viveu por muitos anos o ex-senador Dirceu Cardoso, uma figura emblemática da política capixaba e também da política nacional", destaca.

Para viabilizar o processo junto ao Iphan, o município espera contar com parceria da Secretaria Estadual de

Cultura. "A prefeitura não dispõe de mão-de-obra especializada", observa.

O encaminhamento do pedido demanda a constituição de uma equipe técnica que vai realizar um levantamento minucioso do patrimônio material e imaterial. Essa equipe inclui historiadores, arquitetos, pedagogos, antropólogos, dentre outros.

Assim que a equipe for constituída será definido um cronograma de trabalho. O processo junto ao Iphan pode durar até cinco anos.

Enquanto isso, o Poder Público se estrutura para garantir a sustentabilidade do patrimônio por meio do fomento ao turismo.

Muqui já conta com uma agroindústria forte e tem também atrativos na zona rural como cachoeiras, vales e lagos, cenário ideal para a prática do ecoturismo e o turismo de aventura.

Em relação ao sítio histórico, a principal preocupação, frisa Genildo, é evitar intervenções equivocadas nos imóveis já tombados ou de reconhecido valor arquitetônico. "Nos últimos três anos muita coisa foi recuperada, mas também muito se perdeu".

Município já tombou 178 imóveis

A primeira etapa do processo de tombamento do sítio histórico de Muqui, em nível municipal, foi concluída em 2000. De um total de 561 edificações relacionadas como de interesse histórico e arquitetônico, 178 já foram tombadas.

São representativas da arquitetura eclética e de um período

de prosperidade econômica, baseada na atividade cafeeira.

Para a professora Ney Rambalducci, que iniciou a luta pela preservação do sítio histórico, ainda em 1987, embora não tenha sido concluído ainda, o tombamento serviu para impulsionar a atividade turística.

O mais importante, na sua

avaliação, é o efeito na autoestima dos moradores. "A cidade ganhou projeção". A especialista em Turismo, Joelma Consuelo, que atuou em Muqui durante o processo, traduz a impressão dos moradores sobre as mudanças que ocorreram na cidade.

"Antes, as pessoas moravam numa cidade velha. Hoje, elas

têm consciência de que Muqui é uma cidade histórica".

Por enquanto, foram identificados apenas os imóveis da zona urbana passíveis de tombamento, classificados em cinco diferentes níveis, conforme o interesse arquitetônico, histórico e cultural. As edificações da zona rural ainda precisam ser identificadas e avaliadas.